



ELO



IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO
Nº 050200147-0/2001
ECT/DR/RJ

APÓS-FURNAS

SETEMBRO/OUTUBRO Nº 110

Associação dos Aposentados de FURNAS - Rua Real Grandeza, 219 - anexo - sl. 202 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22281-035

Leia também...

**Conselho
Deliberativo
da FRG toma
posse. Confira os
pronunciamentos.
Páginas 2, 3 e 4**

**Notícias da CAEFE.
Página 4**

**Nova Diretoria
na Eletronuclear
Página 4**

**APÓS-FURNAS
comemora 21 anos.
Página 5**

**Soluções Mágicas
Não Existem!,
é o artigo da
Conselheira Nata
da APÓS-FURNAS
Alzira Silva de
Souza
Páginas 6, 7 e 8**

EDITORIAL

Estamos todos de parabéns! Alcançamos um dos mais importantes objetivos do PLANO DE ATUAÇÃO DA APÓS-FURNAS 2005-2007, estabelecido por nossa Diretoria, o de atuar junto aos Assistidos e Participantes para que fossem eleitos, com apoio da APÓS-FURNAS pelo menos dois representantes no Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA.

É apenas o primeiro passo de uma estratégia de atuação, para que se possa dar início ao vasto trabalho de trazer a REAL GRANDEZA a uma posição de saúde institucional e de independência, de modo a poder cumprir com seus objetivos de conceder e manter os benefícios de complementação de aposentadoria e de pensão dignos, e de oferecer um plano de saúde viável, de maneira a atender às necessidades de todos, Ativos, Aposentados e Pensionistas.

Nossa próxima luta será a eleição de um Diretor que represente os Aposentados e Pensionistas, no âmbito da Diretoria Executiva da REAL GRANDEZA.

Enquanto a legislação estabelece a eleição direta para os representantes dos Ativos, Aposentados e Pensionistas no Conselho Deliberativo, também determina que cabe somente a este Conselho a nomeação e a destituição, a qualquer tempo, dos Diretores dos Fundos de Pensão. Entretanto, o Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA, em 20/04/2005, aprovou o compromisso de acatar o resultado das urnas para o preenchimento dos cargos vagos de Diretor de Seguridade e de Diretor Representante dos Participantes, para um mandato de três anos, conforme estabelece o Estatuto da Fundação.

É neste sentido que, nossos representantes, já na primeira reunião do Conselho Deliberativo realizada em 20/09/2005, atuaram conjuntamente para que seja imediatamente realizada, a referida eleição dos representantes dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente, para Diretor de Seguridade e para Diretor Representante dos Participantes. Geovah e Horácio estão solicitando também inúmeras informações para que possam atestar a real situação em que se encontra a REAL GRANDEZA.

Por exemplo, as últimas informações que dispomos sobre o PLAMES foram o aumento das tarifas em novembro do ano passado e a perda de R\$ 8 milhões no Banco Santos. Portanto, a APÓS-FURNAS está encaminhando a FURNAS e a ELETRONUCLEAR, solicitação no sentido de conceder apoio aos Aposentados e Pensionistas, face a grave situação em que se encontram com seus benefícios, tanto da Fundação quanto no INSS, reajustados a cada ano, muito abaixo dos aumentos realizados pelo PLAMES.

Contamos com o apoio do nosso quadro de associados para que nossa atuação possa se tornar cada vez mais realidade. Temos que estar atentos e comprometidos com as batalhas que teremos que enfrentar.

DIRETORIA EXECUTIVA

Conselho Deliberativo da FRG toma posse



Da esquerda para direita: Kurrik, Horácio, Alzira, Trotta e Geovah

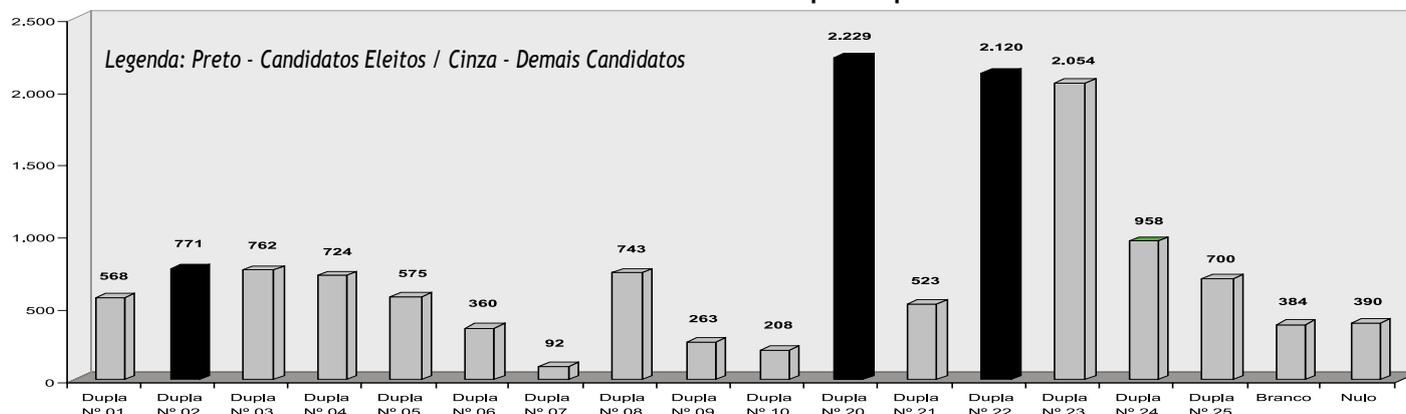
A REAL GRANDEZA, a partir de 07/10/2005, tem novo Conselho Deliberativo, formado após as Leis Complementares 108 e 109, com a indicação de três novos representantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear e a eleição de três representantes pelos Participantes e Assistidos.

Estaremos representados por nossos colegas Horácio Oliveira (dupla nº 20 com 2.229 votos) e Geovah Machado (dupla nº 22 com 2.120 votos) como titulares e, respectivamente, Roberto Kurrik e Pedro Trotta como suplentes, que, em seus discursos de posse (conforme a seguir), confirmam os seus compromissos de cumprir o programa de trabalho apresentado, POR UMA REAL GRANDEZA FORTE E INDEPENDENTE, em benefício de todos.

A terceira dupla mais votada, José Elton (Titular) e Pedro Ernesto (Suplente) também apoiada pela APÓS-FURNAS, obteve 2.054 votos. Contudo, não foi empossada, o que a levou a buscar o amparo da Justiça. A APÓS-FURNAS apoia a decisão da dupla 23 e aguarda o julgamento do mérito.

Abaixo, o resultado dos 13.650 votos válidos da referida eleição.

Número de Votos por Dupla



Discurso de posse do Conselheiro eleito Horácio de Oliveira

É como na vez passada ao me despedir no antigo Conselho de Curadores disse, gostaria de ficar não pela vaidade, mas pela convivência com pessoas de grande saber que buscam na sapiência soluções para os problemas do cotidiano, sem ferir princípios e, certamente, dentro dos preceitos éticos.

Retornamos com o mesmo espírito de luta, mas sempre com harmonia e paz. E por falar em paz, cabe transcrever parte de discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Vidigal por ocasião de sua posse no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça:

“Todo dia nos envolvemos tanto em tantos conflitos - pessoais, corporativos, políticos, religiosos, existenciais, que nem nos damos conta da importância e da necessidade de se viver em Paz.

Diante de qualquer conflito, é do nosso dever buscar antes a conciliação. Estimular e apoiar as soluções alternativas para a resolução dos conflitos. Esta sempre foi a função do Juiz desde o Velho Testamento à nossa atual Constituição da República. Abortar conflitos. Trabalhar para evitá-los.

Pois como cantam os garotos do Rappa: “paz sem voz não é paz, é medo”.

Buscando a paz, sem medo, fazendo ecoar a minha voz neste colegiado é que darei seguimento aos trabalhos de há muito iniciados nesta casa. Quando aqui cheguei na década de 70, vindo de outra estatal (Petrobrás) em que se consolidava os primeiros anos de uma fundação (PETROS), aceitei o desafio de novamente buscar nos meandros de um novo Fundo de Pensão (REAL GRANDEZA) a cer-

teza de um futuro sólido. Certa feita perguntado se não me arrependia de deixar a Petrobrás para vir para Furnas, respondi que o homem deve se arrepender do que não faz e nunca do que faz. E assim estou fazendo novamente a trajetória neste Conselho Deliberativo.

Nessa hora de grande dificuldade no País, apontando em certos momentos para os fundos de pensão, é que teremos que nos unir em paz e harmonia. Vamos ampliar nossas forças neste colegiado para que, associadas aos trabalhos voluntários dos participantes e assistidos, das associações de classe dos participantes, da associação dos assistidos - a Após-Furnas e da Diretoria da Real Grandeza com a compreensão das patrocinadoras, encontremos soluções para os problemas da entidade como um todo sem distinção de classe, colocando de lado nossas vaidades e nossos orgulhos, pois só assim unidos pelo bom senso e espírito público chegaremos a um resultado ideal para todos.

Quero aqui registrar o agradecimento a todos que trabalharam indistintamente, através da Após-Furnas ou de modo voluntário, para que o resultado das eleições para esse Conselho Deliberativo trouxesse de volta a esta casa aquele que sempre a respeitou e buscou, com perseverança a proteção de seu patrimônio e, por consequência, a garantia dos direitos dos participantes e assistidos. Registro com veemência o agradecimento pela confiança daqueles que, acreditando no meu trabalho, votaram na nossa dupla. Confio em Deus. Acredito na Justiça e na importância dos homens. Obrigado.

Horácio de Oliveira.

Discurso de posse do Conselheiro eleito Geovah Machado

Sra. Presidente do Conselho Deliberativo da Real Grandeza, Srs. Conselheiros, Sr. Diretor Presidente, Diretores, Senhoras e Senhores:

Atuar com Ética, Integridade e Transparência foi o primeiro compromisso que assumi publicamente como candidato ao Conselho Deliberativo, conforme consta do material de campanha apresentado aos eleitores e, neste ato de posse, reafirmo o compromisso assumido.

O companheiro Pedro Trotta e eu formamos a dupla 22, uma das três apoiadas pela Após-Furnas, e, generosamente votadas por expressiva parcela de Aposentados, Pensionistas e Ativos, sem distinção entre eles, e cujos interesses temos o dever, e responsabilidade, de defender e representar neste Conselho, em consonância com as propostas que divulgamos, em conjunto.

Infelizmente, há um ponto do Regulamento Eleitoral que agride a legislação e o próprio Estatuto, segundo diferentes advogados consultados, e deu margem a contestações judiciais quanto ao resultado do pleito.

Embora as três duplas apoiadas pela Após-Furnas tenham sido, de longe, as mais votadas, a terceira colocada em número de votos, a dupla 23, foi considerada não eleita, em face do Regulamento eleitoral e, sendo assim, o assunto foi submetido à decisão da justiça pela mencionada dupla, com o meu apoio, em respeito à vontade de parcela ponderável do eleitorado, sem demérito para as demais duplas concorrentes.

Por outro lado, este é um momento singular, quando tomam posse as três primeiras duplas eleitas pelos participantes e assistidos para o Conselho Deliberativo após a promulgação das leis complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, que dispõem sobre as relações nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar e o regime de Previdência Complementar.

Em decorrência, estão sendo substituídos de forma praticamente simultânea os demais Conselheiros, o que exigirá um esforço coletivo de sintonia e de equalização do conhecimento coletivo das reais condições em que se encontra a Real Grandeza.

A própria Lei complementar 108 prevê um mecanismo de mandatos iniciais diferenciados de forma que o Conselho se renove parcialmente a cada 2 anos, evitando descontinuidade com a substituição ao mesmo tempo de todos os Conselheiros.

É particularmente difícil o momento pelo qual passa a Real Grandeza, após o “tsunami econômico” que assolou os seus ativos e pulverizou mais de 153 milhões de Reais do seu Patrimônio por aplicações no Banco Santos que motivou um abalo sem precedentes na sua estrutura, resultando inclusive nas conhecidas medidas punitivas adotadas pelos órgãos fiscalizadores a dirigentes e administradores.

Em imagem que tenho utilizado, é como se os administradores responsáveis pelas aplicações desastrosas tivessem implodido simultaneamente, todos os imóveis existentes na Real Grandeza, inclusive este onde estamos no momento, e que equivalem a cerca de R\$ 148 milhões, pelo último balancete disponibilizado na Internet.

Este é um lamentável evento, do qual devemos tirar as mais duras lições, e para o qual devemos envidar todos os esforços para recuperar os prejuízos causados, cobrando das Entidades que tenham responsabilidade direta ou indireta no caso, além das sanções aplicadas às pessoas físicas.

Outra lição que fica das punições aplicadas é que as ações equivocadas, ou omissões de hoje, podem gerar sanções no futuro imediato, ou mais distante, a qualquer um que tenha responsabilidade nos atos.

Ocorre que pelo lado do passivo a Real Grandeza sofreu também um demolidor furacão tipo “Katrina” que consumiu algumas centenas de milhões de Reais com a alteração de

premissas atuariais e o estabelecimento de novas tábuas de mortalidade, que foram aprovadas em reunião do Conselho Deliberativo em janeiro de 2005 e foram utilizadas no balanço referente a 31 de dezembro de 2004, ao que se saiba.

O Balanço de dezembro de 2003 apresentou um superávit de R\$437 milhões, reduzido para R\$178 milhões em dezembro de 2004, diferença, portanto, de R\$259 milhões que indica um importante sinal de alerta.

É possível que outros “furacões” estejam se armando pelo lado do passivo, indicados pelo crescente déficit demonstrado nos balancetes do primeiro e do segundo trimestre de 2005, disponíveis no site da FRG, e, se verdadeiros, as causas e responsabilidades precisam ser claramente identificadas, especialmente do atuário e técnicos que o assessoram.

Durante a campanha eleitoral tive oportunidade, acompanhado por companheiros de chapa, de visitar algumas localidades e unidades das Patrocinadoras, usinas, escritórios, áreas de construção, subestações e tivemos contato com algumas centenas de pessoas e percebemos com preocupação a espantosa degradação da imagem da Real Grandeza diante dos filiados.

Há desconfiança quanto à solidez do patrimônio, quanto às mudanças atuariais e de atuário, a falta de confiança nas aplicações, as ingerências políticas nos investimentos, as denúncias de envolvimento com o chamado “mensalão”, a nomeação de pessoas indicadas por autoridades para influenciar nas aplicações e na contratação de serviços, a contratação de empregados e assessores sem critérios de seleção transparentes, a indicação de apadrinhados para os Conselhos onde a Real Grandeza tem assento, o descaso para com os menos favorecidos como as pensionistas e os que recebem o benefício mínimo e a posição tímida da Real Grandeza quando há conflitos de interesses em relação às Patrocinadoras.

São estas algumas das afirmações que muitos fazem, infelizmente, e que nos cabe demonstrar pelo exemplo que, se foram verdadeiras no passado, deixarão de ser com o Conselho Deliberativo renovado e a nova Diretoria. De minha parte, nos limites da minha responsabilidade de Conselheiro, estarei sempre vigilante para que práticas condenáveis, como as mencionadas acima, se de fato existem, sejam banidas da nossa Entidade.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da Real Grandeza e tem uma responsabilidade enorme, conjuntamente com a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o quadro de empregados, na recuperação dos valores éticos e morais da Fundação e da sua imagem junto à sociedade e ao seu quadro de filiados.

Como Conselheiro eleito para um período de quatro anos, por uma expressiva parcela de Aposentados, Pensionistas e Ativos, tenho a disposição de trabalhar o quanto necessário, para encontrar junto com os demais Conselheiros e a Diretoria Executiva as soluções para os graves problemas que atingem a Real Grandeza.

Por outro lado, tenho o compromisso de prestar contas permanentemente aos que me elegeram e buscar deles o apoio participativo e vigilante para que o exercício do meu mandato honre o relevante apoio recebido.

Será necessário conhecer profundamente os meandros da Real Grandeza e os seus dados reais, sem subterfúgios e sem discriminação entre os Conselheiros eleitos e os indicados pelas Patrocinadoras, para que possam ser construídas soluções consistentes e duradouras pelo Conselho Deliberativo.

Os Conselheiros e demais Dirigentes, por compromisso ético, devem ter consciência da responsabilidade de preservar as informações de caráter restrito a que têm acesso, e, que uma vez divulgados possam trazer danos à Entidade.

Contudo, a Entidade precisa ter coragem para enfrentar a sua realidade e corrigir rapidamente os equívocos identi-

ficados, sem tentar encobri-los ou negar a sua existência, o que acarretará maiores custos no futuro e maior desconfiança de todos.

Os atos da Diretoria devem ser acompanhados atentamente pelos relatórios dos Diretores e pelas atas das reuniões de diretoria que precisam ser liberadas com presteza para ciência dos conselheiros, como prevê o próprio Estatuto.

A Secretaria dos Conselhos precisa ter a estrutura dimensionada para que as informações e o apoio solicitados pelos Conselheiros sejam fornecidos com agilidade e exatidão para as análises, estudos e fundamentação das suas propostas de resolução ao Conselho.

Retorno a este Conselho, consciente da responsabilidade assumida na condição de eleito, quase vinte anos após a minha primeira investidura como representante da Patrocinadora, onde fiquei por cerca de 5 anos, e tenho clara noção do muito que precisa ser feito em conjunto, não obstante os marcos já alcançados pelas variadas administrações que passaram pela Entidade.

Lembro, ainda, que recebemos do Conselho anterior a tarefa de implementar o compromisso assumido de promover a realização de uma eleição, junto ao corpo de Participantes e Assistidos, visando a ocupação - por sufrágio direto - dos cargos de Diretor de Segurança e de Diretor Representante dos Participantes da Entidade.

Todos sabemos que a cobiça e o assédio sobre o Patrimônio dos Fundos de Pensão é enorme, especialmente dos governos de plantão e dos oportunistas de sempre. Cabe a nós conselheiros, zelar pela integridade e valorização desse Patrimônio, que é coletivo, resistindo a pressões venham de onde vierem.

Finalmente, manifesto a minha disposição de buscar, à exaustão, as soluções para as questões existentes, privilegiando sempre o diálogo e o entendimento, trabalhando em harmonia com os colegas de Conselho e com os membros dos demais órgãos estatutários da Entidade.

Obrigado pela atenção.

Geovah Machado

NOTÍCIAS DA CAEFE

Nosso Conselheiro Nato, Sebastião Mattos, Diretor Financeiro da CAEFE eleito pelos Aposentados, registra abaixo o andamento dos trabalhos na Caixa de Assistência:

“Oito meses após a posse da nova Diretoria da CAEFE, muito já se realizou.

Recentemente, convocamos diversas seguradoras, através de licitação publicada em jornal de grande circulação, para renovação do seguro de vida para todos os empregados de FURNAS e demais aposentados e pensionistas, onde compareceram 11 seguradoras, sendo a vencedora a Seguradora Bradesco.

Iniciamos também a negociação com os clientes da TIM através de convênio para a distribuição de telefones celulares com tarifas reduzidas, algo que muito nos preocupava.

Devido aos últimos acontecimentos políticos, desviamos-nos temporariamente dos objetivos a serem atingidos a curto prazo, atendendo a várias solicitações do Tribunal de Contas da União,

o que dificultou as nossas reuniões semanais, pois estamos sem um Diretor em nossa gestão, que até o momento não foi indicado pela ELETRONUCLEAR.

Os trabalhos da empresa contratada para elaborar o Plano Estratégico da CAEFE, continuam firmes e a mesma deverá apresentar o relatório preliminar em poucos dias, após haver entrevistado inúmeros associados, diretores, conselheiros e representantes das diversas entidades ligadas aos empregados de FURNAS e da ELETRONUCLEAR.

Apesar da curta gestão, além de darmos continuidade a inúmeros eventos em diversas áreas e a concessão de auxílio alimentação, de empréstimos sociais e outros, estamos revendo a regulamentação dos diversos serviços e benefícios afetos a nossa CAEFE.

Contamos com a ajuda e a compreensão de todos, principalmente das demais entidades que nos cercam, para enfrentarmos as dificuldades de regularização e independência da CAEFE.”

Informações da Eletronuclear

Empossada em 03 de outubro de 2005, a nova Diretoria Executiva da Eletronuclear passa a ser constituída dos seguintes membros:

Diretor Presidente: Othon Luiz Pinheiro da Silva

Diretor de Administração e Finanças: Paulo Sérgio Petis Fernandes

Diretor de Operação e Comercialização: Pedro José Diniz de Figueiredo

Diretor Técnico: Luiz Antonio de Amorim Soares

Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente: Luís Hiroshi Sakamoto

A Diretoria da Após-Furnas está agendando reunião com a nova Diretoria da Eletronuclear, no sentido de estreitar os laços entre as Entidades e dirimir as pendências relativas aos aposentados, referentes ao Pagamento do duodécimo sobre o Abono desde 2001, Pagamento do FGTS de Março de 1990 e das PLR's a partir de 2003, objeto de solicitação feita através da DE.E 089/2005 de junho de 2005 à Diretoria anterior.

APÓS-FURNAS completa 21 anos

Os 21 anos da APÓS-FURNAS foram comemorados no dia 12 de setembro, no Auditório do Escritório Central de FURNAS, com uma festa intitulada "Com os Pés no Chão".

Segundo os dizeres do programa distribuído para os presentes o tema demonstra que:

"Podemos estabelecer continuidade com renovação sem perder o romantismo dos tempos de outrora, preservando nas músicas a beleza, mantendo nas formas a direção, observando nas diferenças as proximidades, suprimindo a velocidade pela contemplação, inovando sempre, porém com amor e respeito ao próximo, sem pressa, Com os Pés no Chão!"

Tania Vera, Presidente da APÓS-FURNAS, abriu o evento lembrando que nestes 21 anos, a Associação se fortaleceu e hoje conta com mais de 3.600 associados por todo o Brasil. "Todo o percurso só foi possível graças a um grupo de colegas que com uma visão dos problemas futuros que teríamos que enfrentar criou a APÓS-FURNAS, em 12 de setembro de 1984, sob a forte convicção de que somente unidos, agindo com ética, decência e determinação de propósitos poderíamos defender nossos legítimos direitos, além de promover eventos de confraternização, visando compartilhar alegrias com nossos colegas. É desta forma que, na lembrança dos colegas fundadores, queremos agra-



Duo Santoro

decir a todos aqueles que por aqui passaram e tornaram possível a realidade de hoje. Que eles sirvam de exemplo pra todos nós", declarou a Presidente em seu discurso.

O evento foi iniciado com a execução do Hino Nacional, cantado pelo associado Luiz Arnaldo e em seguida os associados Geovah Machado e Terezinha Saisse fizeram uma oração ecumênica.

O Coral da



Coral da APÓS-FURNAS

APÓS-FURNAS também se apresentou, caracterizado e relembrando canções sobre o tema "Lampião e Maria Bonita". O Grupo de Dança de Salão da Associação deu um show à parte, com dois números de dança que levantaram a platéia. Um, apresentado por Maria Irene Gonçalves da Costa, esposa do saudoso Paulo Hermínio, falecido recentemente, numa homenagem prestada por ela ao marido, e o outro pela associada Arlete Aor. O público também assistiu a apresentação do Grupo de Dança de Salão Forró/Samba. Vale ressaltar a criatividade dos figurinos de todo o espetáculo.

O Grupo Teatral da FRG encenou uma comédia que contava a história de um casal idoso que viveu, no passado, problemas com infidelidade.

As novidades não pararam por aí. O Duo Santoro, da Orquestra Sinfônica Brasileira, tocou no violoncelo, sucessos dos Beatles

e o conhecido Tico Tico no Fubá. Sem dúvida foram aplaudidos de pé. O Ballet Terceira Idade - Enid Sauer também fez uma belíssima apresentação. Ao final do evento a surpresa ficou reservada para a grande homenageada do dia: Alzira Silva de Souza. O cantor e associado da APÓS-FURNAS, Luiz Arnaldo, chamou ao palco a nossa amiga Alzira ao som de Super Homem, música de Gilberto Gil, fazendo uma alusão a força, garra e determinação desta companheira de tantas lutas em prol dos associados da APÓS-FURNAS. A emoção falou mais alto quando os familiares da homenageada subiram ao palco, compondo a festa. Para encerrar as apresentações, a música escolhida foi VIVER, de Gonzaguinha. Todos os envolvidos no evento foram para o palco numa belíssima apoteose.



Homenagem à Alzira



Apoteose



Tango com a aluna Arlete Aor e o prof. Carlinhos.

Soluções Mágicas não existem!

* Alzira Silva de Souza

Em busca de Parceria Público Privada (PPP) o Governo Federal tem vivido uma situação curiosa, empregou um grande esforço para conseguir que o Congresso Nacional aprovasse a Lei.



Agora tem a ferramenta e parece não saber o que fazer com ela. Não conseguiu lançar um único edital para iniciar o processo de recuperação da infra-estrutura e isso ocorre, porque, apesar dos avanços nos marcos regulatórios eles, ainda, estão imperfeitos.

Pensando em soluções mágicas, o Governo esqueceu uma outra regra, o conhecido conceito das finanças empresariais: - o binômio risco retorno -.

Vamos aos fatos

No Governo Fernando Henrique Cardoso, foi previsto, no PPA (Plano Plurianual) a adoção do Project Finance, projeto sofisticado, calcado em fluxo de caixa, em auto-sustentação, havendo equivalência entre as partes e a participação facultativa do setor público. Esse projeto interessava ao Governo porque era muito próximo a privatização.

Os possíveis parceiros privados, no entanto, não se interessaram na escala em que o Governo desejava, ou seja, não deslançou.

Diante disso, voltaram ao reestudo das PPP's, que não é uma invenção brasileira, há experiência nos Estados Unidos e na Europa com resultados de sucessos e fracassos. É um processo de privatização ao contrário.

A modelagem das PPP's é uma nova engenharia financeira que permite substituir o investimento direto do Estado, especialmente em infra-estrutura, podendo, inclusive alcançar programas sociais.

As PPP's exigem um longo período de negociações e de maturação dos acordos, terminou o Governo FHC sem que a legislação necessária estivesse em tramitação.

O governo Lula premido para viabilizar a implantação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do país se interessou pela questão da PPP e agilizou providências.

Levou os técnicos e políticos a pressionar a sociedade, com ênfase na produtividade e foco do negócio, com a visão do Governo - do bem-estar coletivo -. Não foi bem conduzida.

Não existem soluções mágicas, não se pode confundir embasamento ideológico com questões técnicas que exigem avaliações qualificadas e sólidas.

Em 2003, tramitou no Congresso o Projeto de Lei 2546/03, que tratava do conceito e princípios do contrato de PPP, delimitando seu objetivo, os critérios para sua utilização, sua remuneração, garantias e a forma de licitação a ser utilizada. Foi aprovado na Câmara de Deputados em 17.03.04, e, sofreu sérias e contundentes críticas no Senado.

As críticas recaíam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao disposto nas leis de Concessões e Permissões de Serviços Públicos, etc etc. Depois de longos debates, de idas e vindas, a Lei foi aprovada mas, restaram, ainda, grandes questões a serem resolvidas, sem o que não iriam deslançar.

Já foram efetuadas mudanças, outras estão, ainda, em andamento.

Credibilidade é fundamental

Um dos pontos fundamentais é ampliar a credibilidade dos Governos, como instituição, no cumprimento de compromissos financeiros e na manutenção de regras pactuadas. Experiências passadas mostram que compromissos assumidos por um Governo podem ser rejeitados ou modificados no seguinte.

Como é que um investidor privado vai vencer essa cruel dúvida? Basta que se reflita que essas parcerias poderão alcançar prazos de 35 anos, tempo suficiente para a troca de oito governantes. Quem tem segurança sobre isso?

Outra questão fundamental para o possível sucesso das parcerias é a questão da transparência e lisura, nem sempre confiável e isto não é somente uma situação brasileira, ela também ocorre em outras nações, que pode ser de maior ou menor grau, dependendo do nível de maturidade e exigência de cada população.

Com as PPP's os conceitos de licitação e privatização estão diferenciados, pois nessas parcerias, o financiamento, o investimento e a exploração dos serviços, são responsabilidade do parceiro privado, enquanto o Estado, embora comprometido com o investimento paga somente pelo resultado alcançado, com padrões previamente definidos e devidamente apurados.

SAIBA MAIS

“A previsão do Governo é que, para concluir as obras consideradas prioritárias em infra-estrutura e lançadas no Plano Plurianual, sejam necessários R\$ 116 bilhões sendo, R\$ 31,65 bilhões destinados ao setor de energia”.

“As equipes de gestores devem incluir um tipo diferenciado de analistas, profissionais com experiência bem sucedida em projetos de infra-estrutura e que conheçam em detalhes os problemas e os riscos das obras”.

Em 2004, no Brasil, técnicos estimavam que se fossem aplicados em PPP's 5% do Patrimônio total dos fundos - em torno de R\$ 270 bilhões - o volume gerado seria aproximadamente de R\$ 13,65 bilhões.

Não se pode, porém, ignorar fatores de risco: a sustentabilidade no tempo é a grande questão; falta de visão global - é outra; de planejamento do longo prazo e de integração entre os investimentos, também.

Como as PPP's serão viabilizadas através de SPE (Sociedade de Propósito Específico) a minuta de contrato que será oferecida para assinatura tem de estar presente no edital. É preciso se discutir alguma flexibilidade na linha jurídica, para pequenos ajustes de interesse de ambas as partes.

Verifica-se, portanto, que a formulação do contrato é muito importante. Não há um padrão, cada SPE terá o seu, esta minuta precisará ter a participação do setor privado desde o primeiro momento. Não se pode ignorar que as PPP's são formadas a partir de oportunidades surgidas, sem passado conhecido, com futuro incerto face à instabilidade das previsões a prazos médios e longos (de 5 a 35 anos), inclusive os ciclos econômicos.

Os projetos em infra-estrutura sempre envolvem obras de escala, em que se aplica grande volume de recursos logo no início e, se a estrutura não estiver bem feita ou se o retorno demorar acima do previsto poderá evaporar.

No caso dos investidores institucionais, por exemplo - os fundos de pensão, a cautela e a precaução são primordiais, inclusive na escolha de gestores.

Há dois anos o Governo pretendia lançar 23 projetos em parceria público privada - contando inclusive com recursos dos fundos de pensão, três dos maiores fundos de pensão já estavam bastante "catequizados", onde a "pressão" política já se notava, porém, o ambiente de desconfiança, face a marcos regulatórios imperfeitos, acrescido de episódios anteriores com privatizações direcionadas; a falta de garantias no uso de recursos dos antigos IAP's, do FGTS e do FAT, criou um "clima" desfavorável para as PPP's.

Estrategicamente o Governo recuou para reavaliar a segurança, a exigüidade de tempo que não lhe permitia concretizar tantos projetos e passou a trabalhar em torno de cinco.

Foram abertos, ainda, debates sobre o Fundo Garantidor para assegurar a confiança dos possíveis investidores privados, com foco especial em cima dos fundos de pensão.

Ao longo de 2004 e 1º semestre de 2005, foram realizados vários encontros e seminários buscando informações e identificar falhas, visando mudanças que possibilitassem a implantação de PPP's.

A expectativa do Governo é que no final de 2005 e/ou início de 2006, sejam lançados os primeiros editais de obras por meio de PPP's.

A sinalização nesse sentido está clara com a aprovação da legislação e, em 15/09/05, da regulamentação do Fundo Garantidor (visto como uma espécie de seguro, que preferencialmente não deverá ser usado), oferecido pela Administração Pública, e nunca composto de moeda corrente, mas por bens da União.

Os editais sobre obras de PPP's mais avançados se referem a ampliação da Ferrovia Norte-Sul; melhorias na BR 116 (trecho entre Minas Gerais e Bahia); anel rodoviário do Rio de Janeiro; Ferroanel de São Paulo; e ramal ferroviário entre Guarapuara e Ipiranga (Paraná).

Fundo Garantidor

Inicialmente o Fundo Garantidor previsto seria de R\$ 6 bilhões (sem prazo definido), começará com R\$ 4,2 bilhões, em "blue chips" - ações de empresas sólidas, negociadas com facilidade na bolsa. Entre os papéis de maior valor estão as ações da Eletrobrás, da Companhia Vale do Rio Doce e do Banco do Brasil.

O Fundo será constituído como Entidade privada para fornecer garantias em relação às obrigações públicas.

Os recursos não podem sofrer bloqueio da União.

O gerenciamento ficará sob a responsabilidade do Banco do Brasil (ganhou a "queda de braço" com o BNDES e a Caixa).

A garantia que o fundo dará a cada empreendimento depende das condições estabelecidas em contrato, podendo chegar a 100%. O Fundo terá gestão conservadora, restringindo as aplicações de maior risco. Fica proibida a possibilidade de a União interferir nas decisões que possam trazer riscos ao cumprimento das obrigações.

O texto do Regulamento será registrado em cartório; após o que o Banco do Brasil estará autorizado a começar a administrar os ativos. Há previsão de cinco tipos de garantias: caução; alienação ou hipoteca; penhor; contra-garantia e fiança; este último será o mais comum.

"Quando os projetos de PPP's forem aprovados, o Fundo então tomará medidas de gestão para garantir a liquidez (capacidade de vender rapidamente as ações)".

Concluimos que a proposta das PPP's, ainda tem ambiente duvidoso, quando avaliadas

Na Inglaterra, país onde se deu mais ênfase na década de 1990, os fundos aplicaram 2% nas PPP's. "De modo geral tem sido assim, porque, o sistema não pode abrir mão de critérios rigorosos na alocação de seus ativos".

Na América do Sul, exemplificando o Chile, "os recursos previdenciários foram importantes, ficaram, porém, em torno de 0,5%.

"Gerir um fundo de ações é uma coisa muito diferente de um fundo de participações e, gerir um fundo de infra-estrutura é completamente diferente de tudo que os gestores estão habituados a fazer".

em episódios anteriores nos históricos brasileiros. Preocupante quanto ao Patrimônio de Sustentação das reservas matemáticas de entidades de previdência privada, garantidoras dos benefícios contratados com assistidos e ativos filiados aos Fundos de Pensão.

Os marcos regulatórios, ainda, não satisfazem a garantia dos contratos de forma a resguardar os investimentos privados de mudanças e alterações, dentro de prazos de 5 a 35 anos, que no caso supera de muito a exigibilidade atuarial dos recursos para sustentação dos benefícios contratados”.

“O uso de arbitragem e do método de Step-in-Rights (Emenda nº 70/2004 CAE ao PLC nº 10 de 2004) é insuficiente para execução Sumária das garantias alocadas às PPP's, de vez que a dispensa de submissão ao poder judiciário poderá dar lugar a soluções nem sempre consentâneas com a garantia dos contratos, podendo levar a arbitragem de questionáveis isenção, pela pressão política, além de alongar as soluções das divergências em prazos superiores ao desenvolvimento da parceria.

Os Fundos de Pensão que são de caráter previdenciário, são também, investidores institucionais, seu grande volume de recursos (atualmente cem bilhões de dólares) é uma atração invulgar para o Governo o que poderá ser perigoso para os assistidos e ativos filiados aos Fundos de Previdência Complementar, face ao excessivo poder de ingerência política do Governo Federal, na gestão das entidades patrocinadas por estatais.

Na composição dos seus órgãos diretivos os participantes e assistidos são minoritários, não poderão interferir nas decisões das Entidades, ficando seu patrimônio previdenciário vulnerável quanto a perenidade.

A recomendação final tirada, inclusive, nos últimos encontros da Unidas (União Nacional das Associações de Participantes das Entidades Fechadas e Previdência Privada) com representantes de dirigentes das Associações de Aposentados (muitas das quais congregam assistidos e colaboradores ativos), para que exerçam o monitoramento e vigilância sobre o avanço para execução de proposta das PPP's, preparando-se para intervir e sustar a concretização de contratos que coloquem em risco o patrimônio constituído há quase meio século, pelo conjunto de Fundos de Pensão, uma vez que a meta imediata e prioritária dos captadores de recursos é em cima dos Fundos de Pensão.

*** Conselheira Nata da APÓS-FURNAS,**

Presidente da Unidas e Ex-Conselheira Eleita da FRG

Fonte: Congressos - Seminários - Encontros de Estudos

(com material): Patrocinados pela ABRAPP - SINDAP - ICCS FGV - UNIDAS - FIRJAN - Fórum de Líderes Empresariais - BNDES

Fundos de Pensão

O Diretor de Comunicações da AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Fernando Siqueira, em entrevista ao jornal Unidade Sindical, do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, a respeito dos Fundos de Pensão, disse que o Governo tem interferido de forma danosa nas instituições, nomeando dirigentes para defender interesses políticos, em detrimento de direitos e segurança futura dos contribuintes. “Na qualidade de conselheiro eleito do Plano Petros, tenho combatido essa prática, enfrentando uma maioria de conselheiros nomeados que detém o voto de minerva”, enfatizou Fernando.

Estamos de olho nas questões relacionadas aos Fundos de Pensão.

ERRATA

Os aposentados que têm direito a pedir Revisão no Benefício do INSS (OTN/ORTN) são aqueles com aposentadoria concedida entre junho de 1977 e 5 de outubro de 1988 e não com as datas que foram divulgadas na edição anterior do jornal O ELO - nº 109.

Um tipo de risco real avaliado - Termoelétrica de Araucária - “O projeto da Cia. Energética Americana El Paso contou com a parceria da Petrobrás e da Copagás, mas está parado devido a problemas relacionados aos preços de energia elétrica. Os maiores prejudicados foram os investidores considerando, apenas o abastecimento de gás, a dívida está estimada em R\$ 500 milhões, um passivo que El Paso acabou contratando sem necessidade e sobraram perdas para os fundos que entraram no projeto”.

“O marco regulatório do setor elétrico é o mais avançado, porém o resultado foi um pouco frustrante, no entender de técnicos e investidores. Há questões suscetíveis de mudanças, entre elas a separação entre o Estado planejador e a agência executiva e fiscalizadora. As imperfeições precisarão ser negociadas. Continua a preocupação: as áreas de transmissão, geração e distribuição de energia precisam anualmente, de R\$ 5,5 bilhões para suportar o crescimento da economia em taxas médias de 4% a.a. O Estado não tem como enfrentar esse desafio. Terá que negociar com o investimento privado - nacional e estrangeiro, com um conjunto de regras sólidas”.



ELO

Órgão Informativo da Associação dos Aposentados de Furnas
Rua Real Grandeza, 219, anexo, sl. 202, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - CEP 22281-035
Tel.: (21) 2528-4999 / 2528-5024 / 2528-4477 - Fax.: (21) 2286-8267
E-mail: aposfurnas@aposfurnas.org.br - http://www.aposfurnas.org.br

Distribuição gratuita

Diretoria Executiva

Presidente: Tania Vera Vicente - **Vice-Presidente:** Alfredo de Azevedo Alves

Diretora Social: Cléa Rito - **Vice-Diretora Social:** Ivone Marçal

Diretor Administrativo: Henrique Pimentel Trigueiro - **Vice-Diretor Administrativo:** Romeu Pinto Cavalcanti

Diretor Financeiro: Humberto Ferreira da Costa - **Vice-Diretor Financeiro:** Agildo da Silva Meireles

Jornalista Responsável: Fernanda Esteves - Mtb - 21738

Projeto Gráfico: Flaviana Nespoli - **Tiragem:** 4.000 exemplares